

# Diário da Assembléia

Nº 2.469

CURITIBA, QUARTA-FEIRA, 27 DE MAIO DE 1970

ANO IX

## ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ

### 4.ª Sessão Legislativa da 6.ª Legislatura Constituição das Comissões Permanentes da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

#### LISTA DE PRESENÇA

FRANCISCO ESCORSIN  
ARTHUR DE SOUZA  
DAVID FEDERMANN  
GABRIEL MANOEL  
HAROLD BIANCHI  
OLÍVIO BELICH  
LEOPOLDO JACOMEL  
ABRAHÃO MIGUEL  
AGNALDO PEREIRA LIMA  
ALENCAR FURTADO  
AMADEU PUPPI  
ANTÔNIO LOPES JÚNIOR  
ARMANDO QUEIROZ  
ARNALDO BUSATO  
EMÍLIO CARAZZAI  
ERONDIY SILVERIO  
EURICO ROSAS  
FABIANO BRAGA CÔRTEZ  
FUAD NACLI  
IGO LOSSO  
IVO TOMAZONI  
JOÃO MANSUR  
JORGE SATO  
LUIZ CRUZ  
LUIZ MALUCELLI  
NELSON BUFFARA  
OLAVO FERREIRA  
OLIVIR GABARDO  
OVIDIO FRANZONI  
PAULO CAMARGO  
PAULO POLI  
PINTO DIAS  
ROBERTO GALVANI  
ROBERTO WYPYCH  
SEME SCAFF  
SÍLVIO BARROS  
TÓLIO VARGAS  
WILSON FORTES

#### COMISSÃO EXECUTIVA

Presidente: Francisco Escorsin.

1.º Vice-Presidente: Arthur de Souza. 2.º Vice-Presidente: David Federmann. 1.º Secretário: Gabriel Manoel. 2.º Secretário: Haroldo Bianchi. 3.º Secretário: Olívio Belich. 4.º Secretário: Leopoldo Jacomel.

#### COMISSÕES TÉCNICAS

##### COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PRESIDENTE: Emílio Carazzai (ARENA)

VICE-PRESIDENTE: Alencar Furtado (M.D.B.)

ARENA: Ivo Thomazoni — Arnaldo Busato — Paulo Poli — Abrahão Miguel — Paulo Camargo — Armando Queiroz — Luiz Renato Maluelli — Túlio Vargas

M.D.B.: Nelson Buffara

Suplentes:

ARENA: Antônio Lopes Júnior — Olavo Ferreira — João Mansur — Pinto Dias — Luiz Cruz — Wilson Fortes — Ovidio Franzoni — Roberto Galvani — Fabiano Braga Côrtes — Amadeu Puppi

M.D.B.: Olivir Gabardo — Sílvio Barros

Secretário: Maria Amália Cesar Cercal de Oliveira

Reuniões: Quartas-feiras

##### COMISSÃO DE FINANÇAS

PRESIDENTE: Roberto Galvani (ARENA)

VICE-PRESIDENTE: Sílvio Barros (M.D.B.)

ARENA: Ovidio Franzoni — João Mansur — Paulo Poli — Roberto Wypych — Wilson Fortes

Suplentes:

ARENA: Antônio Lopes Júnior — Semé Scaff — Pinto Dias — Ivo Thomazoni — Luiz Cruz — Igo Lossó — Amadeu Puppi

M.D.B.: Alencar Furtado

Secretário: Lélcio Guimarães Soto-Maior

Reuniões: Quintas-feiras

##### COMISSÃO DE TOMADA DE CONTAS

PRESIDENTE: Paulo Poli (ARENA)

VICE-PRESIDENTE: Olivir Gabardo (M.D.B.)

ARENA: Abrahão Miguel — Semé Scaff — Aguinaldo Pereira Lima

Suplentes:

ARENA: Wilson Fortes — Luiz Cruz — Roberto Galvani — Ovidio Franzoni

M.D.B.: Sílvio Barros

Secretário: José do Canto Filho

Reuniões: Condicionadas à matéria de sua competência

##### COMISSÃO DE ORÇAMENTO

PRESIDENTE: Abrahão Miguel (ARENA)

VICE-PRESIDENTE: Sílvio Barros (M.D.B.)

ARENA: Jorge Sato — Fuad Nacli — Roberto Galvani — Luiz Renato Maluelli — Roberto Wypych

Suplentes:

ARENA: Ovidio Franzoni — Aguinaldo Pereira Lima — Luiz Cruz — Pinto Dias — Antônio Lopes Júnior — João Mansur — Fabiano Braga Côrtes

M.D.B.: Nelson Buffara

Secretário: Elcy Silva Batista

Reuniões: Condicionadas à matéria de sua competência

##### COMISSÃO DE REDAÇÃO

PRESIDENTE: Ivo Thomazoni (ARENA)

VICE-PRESIDENTE: Sílvio Barros (M.D.B.)

ARENA: Roberto Galvani — Olavo Ferreira — Aguinaldo Pereira Lima

Suplentes:

ARENA: Fabiano Braga Côrtes — Igo Lossó — João Mansur — Ovidio Franzoni

M.D.B.: Olivir Gabardo

Secretário: Antônio Lacerda Braga Neto

Reuniões: Terças e Sexta-feiras

##### COMISSÃO DE INSTRUÇÃO PÚBLICA

PRESIDENTE: Olavo Ferreira (ARENA)

VICE-PRESIDENTE: Igo Lossó (ARENA)

ARENA: Fabiano Braga Côrtes — Semé Scaff

M.D.B.: Alencar Furtado

Suplentes:

ARENA: Luiz Renato Maluelli — Jorge Sato — Túlio Vargas — Armando Queiroz — Fuad Nacli

M.D.B.: Olivir Gabardo

Secretário: Gilberto Felix da Silva

Reuniões: Terças-feiras

##### COMISSÃO DE SAÚDE PÚBLICA

PRESIDENTE: Ovidio Franzoni (ARENA)

VICE-PRESIDENTE: Eurico Rosas (M.D.B.)

ARENA: Arnaldo Busato — Amadeu Puppi — Paulo Camargo

Suplentes:

ARENA: Emílio Carazzai — Igo Lossó — Semé Scaff — Fabiano Braga Côrtes

M.D.B.: Olivir Gabardo

Secretário: Lóris Cordeiro de Barros

Reuniões: Segundas-feiras

##### COMISSÃO DE TERRAS, IMIGRAÇÃO E COLONIZAÇÃO

PRESIDENTE: Igo Lossó (ARENA)

VICE-PRESIDENTE: Aguinaldo Pereira Lima (ARENA)

ARENA: Luiz Renato Maluelli — Fabiano Braga Côrtes

M.D.B.: Nelson Buffara

Suplentes:

ARENA: Abrahão Miguel — Emílio Carazzai — Luiz Cruz — Wilson Fortes

M.D.B.: Eurico Rosas

Secretário: Ivo Gusso

Reuniões: Condicionadas à matéria de sua competência

##### COMISSÃO DE AGRICULTURA, INDÚSTRIA E COMÉRCIO

PRESIDENTE: Olavo Ferreira (ARENA)

VICE-PRESIDENTE: Alencar Furtado (M.D.B.)

ARENA: Igo Lossó — Luiz Cruz — Roberto Wypych

Suplentes:

ARENA: Luiz Renato Maluelli — Antônio Lopes Júnior — Abrahão Miguel — Semé Scaff — Amadeu Puppi

M.D.B.: Sílvio Barros

Secretário: Ney Rodrigues

Reuniões: Quinta-feiras

##### COMISSÃO DE OBRAS PÚBLICAS, TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES

PRESIDENTE: Aguinaldo Pereira Lima (ARENA)

VICE-PRESIDENTE: Ivo Thomazoni (ARENA)

ARENA: Fabiano Braga Côrtes

M.D.B.: Eurico Rosas

Suplentes:

ARENA: Igo Lossó — Olavo Ferreira — Luiz Renato Maluelli — Antônio Lopes Júnior

M.D.B.: Nelson Buffara

Secretário: Roberto Diniz Salyre

Reuniões: Terças-feiras

##### COMISSÃO DE POLÍCIA

PRESIDENTE: João Mansur (ARENA)

VICE-PRESIDENTE: Nelson Buffara (M.D.B.)

ARENA: Semé Scaff — Pinto Dias — Roberto Galvani

Suplentes:

ARENA: Luiz Cruz — Paulo Camargo — Luiz Renato Maluelli — Igo Lossó

M.D.B.: Eurico Rosas

Secretário: Carmen Aparecida Fregonese

Reuniões: Segundas-feiras

##### COMISSÃO DE TURISMO

PRESIDENTE: Luiz Renato Maluelli (ARENA)

VICE-PRESIDENTE: Semé Scaff (ARENA)

ARENA: Wilson Fortes — Pinto Dias

M.D.B.: Nelson Buffara

Suplentes:

ARENA: João Mansur — Luiz Cruz — Fabiano Braga Côrtes — Arnaldo Busato — Olavo Ferreira

M.D.B.: Eurico Rosas

Secretário: Maria Stella M. A. Gurgel

Reuniões: Condicionadas à matéria de sua competência

**DECRETO LEGISLATIVO N.º 254-70**

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o n.º 1976 de 16 de abril de 1970, deste Poder,

**RESOLVE:**

mandar contar, para todos os efeitos legais, com base na Lei n.º 4979, de 7 de dezembro de 1964, em favor de Eros Ruppel Abdala, ocupante do cargo de Diretor Adjunto, do Quadro Suplementar de Pessoal, da Secretaria desta Assembléia, o tempo de dois (2) meses, correspondentes ao póbno das férias relativas ao exercício de 1968, que deixou de gozar.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 22 de maio de 1970.

- a) FRANCISCO ESCORSIN — Presidente
- a) GABRIEL MANOEL — 1.º Secretário
- a) HAROLDO BIANCHI — 2.º Secretário

**DECRETO LEGISLATIVO N.º 255-70**

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o n.º 2621, de 8 de maio de 1970, deste Poder,

**RESOLVE:**

autorizar, a funcionária Arlete Gomes Martins, Estatístico nível 24, do Poder Executivo, ora a disposição deste Poder, e Juracy José Somavilla, funcionário ocupante do cargo de nível PL "13", da carreira de Oficial Legislativo, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, a prestarem serviços extraordinários, na conformidade do disposto pelo Art. 142, alínea a, § 1.º, da Lei n.º 293, de 24 de novembro de 1949, percebendo gratificação correspondente a um terço (1/3) dos respectivos vencimentos básicos, a partir de 1.º de maio de 1970.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 22 de maio de 1970.

- a) FRANCISCO ESCORSIN — Presidente
- a) GABRIEL MANOEL — 1.º Secretário
- a) HAROLDO BIANCHI — 2.º Secretário

**DECRETO LEGISLATIVO N.º 256-70**

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o n.º 1894 de 15 de abril de 1970, deste Poder,

**RESOLVE:**

mandar pagar a Francisco Taborada Ribeiro, funcionário do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, vinte horas e trinta minutos (20.30h) por serviços extraordinários prestados no mês de abril do corrente ano.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 22 de maio de 1970.

- a) FRANCISCO ESCORSIN — Presidente
- a) GABRIEL MANOEL — 1.º Secretário
- a) HAROLDO BIANCHI — 2.º Secretário

**DECRETO LEGISLATIVO N.º 257-70**

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o n.º 2186 de 24 de abril de 1970, deste Poder,

**RESOLVE:**

mandar contar, para todos os efeitos legais, com base na Lei n.º 4979, de 7 de dezembro de 1964, em favor de Marina Cunha Martins, ocupante do cargo de nível PL "18", da carreira desta Assembléia, o tempo de dois (2) meses correspondente ao dóbno das férias relativas ao exercício de 1968, que deixou de gozar.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 22 de maio de 1970.

- a) FRANCISCO ESCORSIN — Presidente
- a) GABRIEL MANOEL — 1.º Secretário
- a) HAROLDO BIANCHI — 2.º Secretário

**DECRETO LEGISLATIVO N.º 258-70**

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições, e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o n.º 2033 de 20 de abril de 1970, deste Poder,

**RESOLVE:**

mandar contar, para todos os efeitos legais, com base na Lei n.º 4979, de 7 de dezembro de 1964, em favor de LUIZ ANTONIO CARON, ocupante do cargo de nível PL "21", da carreira de Auxiliar Técnico, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, o tempo de dois (02) meses, correspondente ao dóbno das férias relativas ao exercício de 1968, que deixou de gozar.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 22 de maio de 1970.

- a) FRANCISCO ESCORSIN — Presidente
- a) GABRIEL MANOEL — 1.º Secretário
- a) HAROLDO BIANCHI — 2.º Secretário

**DECRETO LEGISLATIVO N.º 259-70**

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições, e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o n.º 2493 de 5 de maio de 1970, deste Poder,

**RESOLVE:**

designar a funcionária ARLETE GOMES MARTINS, ora a disposição deste Poder, para exercer as funções de Chefe de Gabinete da 1.ª Vice-Presidência, percebendo gratificação de função correspondente ao símbolo 4-F, e gratificação de representação, a partir de 1.º de maio de 1970.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 22 de maio de 1970.

- a) FRANCISCO ESCORSIN — Presidente
- a) GABRIEL MANOEL — 1.º Secretário
- a) HAROLDO BIANCHI — 2.º Secretário

**DECRETO LEGISLATIVO N.º 260-70**

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições, e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o n.º 2456 de 4 de maio de 1970, deste Poder,

**RESOLVE:**

revogar os seguintes Decretos Legislativos: 356-69 de 24.06.69 — 35-69 de 12.02.69 — 34-69 de 11.02.69 — 62-69 de 24.02.69 — 541-69 de 23.10.69 — 585-69 de 03.12.69 — 586-69 de 03.12.69 — 32-70 de 12.02.70 — 613-69 de 10.12.69 — 14-69 de 21.01.69 — 142-69 de 17.03.69 na parte que se refere a JOSE ROSA FILHO, 442-69 de 11.08.69 — 398-69 de 16.07.69 — 481-69 de 26.08.69 — 428-69 de 31.07.69 — 425 de 28.07.69 — 495-69 de 12.09.69 —

320-69 de 1.06.69 — 480-68 de 02.10.68 combinado com o Decreto Legislativo n.º 141-69 de 17.03.69.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 22 de maio de 1970.

- a) FRANCISCO ESCORSIN — Presidente
- a) GABRIEL MANOEL — 1.º Secretário
- a) HAROLDO BIANCHI — 2.º Secretário

**DECRETO LEGISLATIVO N.º 261-70**

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições, e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o n.º 2129 de 23 de abril de 1970, deste Poder,

**RESOLVE:**

autorizar, na conformidade do disposto pelo Art. 142, alínea a, § 1.º, da Lei n.º 293, de 24 de novembro de 1949, a funcionária ELENI SILVEIRA PAVLOSKI, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, a prestar serviços extraordinários, percebendo gratificação correspondente a um terço (1/3) dos respectivos vencimentos básicos, a partir de 1.º de abril de 1970.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 22 de maio de 1970.

- a) FRANCISCO ESCORSIN — Presidente
- a) GABRIEL MANOEL — 1.º Secretário
- a) HAROLDO BIANCHI — 2.º Secretário

**DECRETO LEGISLATIVO N.º 262-70**

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições, e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o n.º 1539 de 2 de abril de 1970, deste Poder,

**RESOLVE:**

autorizar, na conformidade do disposto pelo Art. 142, alínea a, § 1.º, da Lei n.º 293, de 24 de novembro de 1949, os funcionários do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, MERCHID BELICH FILHO e BELMIRO MARTINS, a prestarem serviços extraordinários, no Gabinete da 3.ª Secretaria, percebendo gratificação correspondente a um terço (1/3) dos respectivos vencimentos básicos, a partir de 1.º de abril de 1970.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 22 de maio de 1970.

- a) FRANCISCO ESCORSIN — Presidente
- a) GABRIEL MANOEL — 1.º Secretário
- a) HAROLDO BIANCHI — 2.º Secretário

**DECRETO LEGISLATIVO N.º 263-70**

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições, e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o n.º 2455 de 4 de maio de 1970, deste Poder,

**RESOLVE:**

I — revogar o Decreto Legislativo n.º 446-69 de 13.08.69, a partir de 30 de abril de 1970;

II — designar JOEL DA SILVA NATAL, para exercer as funções de Motorista do Gabinete da 2.ª Secretaria, percebendo gratificação de função correspondente ao símbolo 6-F, a partir de 1.º de maio de 1970;

III — autorizar, na conformidade do disposto pelo Art. 142, alínea a, § 1.º, da Lei n.º 293, de 24 de novembro de 1949, o funcionário acima citado, a prestar serviços extraordinários, percebendo gratificação correspondente a um terço (1/3) de seu vencimento básico, a partir de 1.º de maio do corrente ano.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 22 de maio de 1970.

- a) FRANCISCO ESCORSIN — Presidente
- a) GABRIEL MANOEL — 1.º Secretário
- a) HAROLDO BIANCHI — 2.º Secretário

**4.ª Sessão Legislativa da 6.ª Legislatura  
Ata da 58.ª Sessão Ordinária  
Realizada em 27 de Maio de 1970**

Presidência do sr. deputado Francisco Escorsin, secretariada pelos srs. deputados Ivo Tomazoni e Antônio Lopes Júnior.

A hora regimental, é registada a presença dos seguintes sr. deputados: Francisco Escorsin — Arthur de Souza — Gabriel Manoel — Olívio Belich — Leopoldo Jacomet — Agnaldo Pereira Lima — Alencar Furtado — Antônio Lopes Júnior — Armando Queiroz — Abrahão Miguel — Arnaldo Busato — Emílio Carrazzi — Erondy Silvério — Fabiano Braga Côrtes — Foad Naci — Igo Losso — Ivo Tomazoni — João Mansur — Jorge Sato — Luiz Cruz — Luiz Malucelli — Nelson Buffara — Olavo Ferreira — Olivir Gabardo — Ovidio Franzoni — Paulo Camargo — Paulo Poli — Roberto Galvani — Roberto Wypych — Seme Scaff — Túlio Vargas e Wilson Fortes (32), achando-se ausentes os seguintes srs. deputados: David Federmann — Haroldo Bianchi — Amadeu Puppi — Eurico Rosas — Pinto Dias e Sívio Barros (6).

Verificada a existência de número legal, o sr. Presidente declara aberta a S E S S Ã O.

O SR. PRESIDENTE — Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2.º SECRETÁRIO — procede a leitura da ata da sessão anterior, que é aprovada sem observações.

O SR. 1.º SECRETÁRIO — procede a leitura do seguinte EXPEDIENTE:

**MENSAGEM 16-70**

Curitiba, 22 de maio de 1970.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para os fins constitucionais, a inclusa cópia autêntica do Convênio de Ajuda Financeira, no valor de NCr 10.000,00 (dez mil cruzeiros), celebrado entre o Estado e a Prefeitura Municipal de Barbosa Ferraz, em data de 10 de dezembro de 1969, ad-referendum dessa Augusta Assembléia Legislativa.

Com as Prefeituras Municipais constantes da inclusa relação foram celebrados iguais convênios, nos valores especificados, os quais são também ora submetidos a essa Casa de Leis e cujos teores nada diferem do celebrado com a Prefeitura de Barbosa Ferraz, eis que tais convênios obedecem a uma minuta padrão, sendo que o interesse público na aprovação da medida está contido no próprio texto dos tratados.

Certo de que a medida ora proposta merecerá dessa Colenda Casa o necessário apoio e consequente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de alta estima e distinta consideração.

(a) PAULO PIMENTEL  
Governador do Estado



## CONVENIO DE AJUDA FINANCEIRA

Térmo de Convênio de ajuda financeira que entre si fazem o Governo do Estado do Paraná e a Prefeitura Municipal de Barbosa Ferraz.

Aos dez dias do mês de dezembro do ano de hum mil novecentos e sessenta e nove, na Seccional Jurídica da Secretaria de Educação e Cultura, neste ato representada pelo Sr. Dr. Cândido Manoel Martins de Oliveira, Secretário de Educação e Cultura, deste Estado, e de outro a Prefeitura Municipal de Barbosa Ferraz, deste Estado, neste ato representada pelo Sr. Arnaldo Coneglian, Prefeito Municipal, a seguir denominados, respectivamente, de Secretaria e Município de Barbosa Ferraz — firmam o presente convênio de ajuda financeira ao ensino, que se regerá pelas seguintes cláusulas:

## PRIMEIRA

A Secretaria, nos termos do art. 1.º, do Decreto n.º 4.251, de 6 de março de 1967, concederá ao Município de Barbosa Ferraz uma ajuda financeira no montante de Cr\$ 10.000,00 (dez mil cruzeiros).

## SEGUNDA

O Município de Barbosa Ferraz obriga-se a empregar essa importância exclusivamente em benefício do ensino na região, podendo aplicá-la na aquisição de material, equipamento escolar, construção ou ampliação de prédios, e pagamento de professores.

## TERCEIRA

Das importâncias recebidas o Município de Barbosa Ferraz deverá prestar contas dentro do prazo de 60 (sessenta) dias a contar da data do recebimento, sob pena de responsabilidade e de lhe ser vetado qualquer auxílio futuro perante esta Secretaria, além das demais sanções previstas no art. 23 e seguintes do mencionado Decreto n.º 4.251, de 6 de março de 1967.

## QUARTA

A Secretaria reserva-se o direito de fiscalizar, por seus órgãos competentes, na conformidade dos arts. 17 e 18 do mesmo Decreto.

## QUINTA

A presente ajuda financeira correrá por conta da verba 69.60.5001.01, consignação 3.1.4.0 subconsignação 3.1.4.0.17, empenhada na Contadoria Seccional sob n.º 1413 e na Contadoria Geral sob n.º 10.764.

## SEXTA

O presente convênio só terá vigência plena após o competente registro no Egrégio Tribunal de Contas do Estado do Paraná.

E, por haverem assim convenicionado foi lavrado o presente termo de cooperação, que será assinado pelas partes interessadas e por duas testemunhas, do qual se fornecerá traslado ao Município de Barbosa Ferraz, à D.E.M.P. e a quem mais de direito.

CÂNDIDO MANOEL MARTINS DE OLIVEIRA

Secretário de Educação e Cultura

ARNALDO CONEGLIAN

Prefeito Municipal

TESTEMUNHAS:

1.ª

2.ª

SECRETARIA DE EDUCACAO E CULTURA  
DIRETORIA DE ADMINISTRACAO  
COMISSAO DE CONVENIOS

Prefeituras	Importâncias
Bom Sucesso	Cr\$ 6.000,00
Catanduva	Cr\$ 10.000,00
Califórnia	Cr\$ 7.000,00
Campo Largo	Cr\$ 10.000,00
Congoninhas	Cr\$ 8.000,00
Contenda	Cr\$ 7.000,00
Jussara	Cr\$ 10.000,00
Lapa	Cr\$ 10.000,00
Leonidas Marques	Cr\$ 8.000,00
Londrina	Cr\$ 10.000,00
Mallet	Cr\$ 10.000,00
Marechal Cândido Rondon	Cr\$ 10.000,00
Maria Helena	Cr\$ 7.000,00
Mariálvia	Cr\$ 10.000,00
Mariuz	Cr\$ 10.000,00
Marumbi	Cr\$ 9.000,00
Peabiru	Cr\$ 8.000,00
São João do Ivaí	Cr\$ 8.000,00
São Jorge do Oeste	Cr\$ 10.000,00
São José da Boa Vista	Cr\$ 8.000,00
Tapira	Cr\$ 10.000,00
Torrão	Cr\$ 10.000,00
Ubatuba do Sul	Cr\$ 7.000,00
Cândido de Abreu	Cr\$ 9.000,00
Centenário do Sul	Cr\$ 8.000,00
Côco Azul	Cr\$ 2.000,00
Japira	Cr\$ 8.000,00
Jardim Olinda	Cr\$ 8.000,00
Paranapoema	Cr\$ 6.000,00
Pato Branco	Cr\$ 9.000,00
Tamboara	Cr\$ 8.000,00
Ubiratã	Cr\$ 10.000,00
Verê	Cr\$ 9.000,00
Tomazina	Cr\$ 7.000,00
Wenceslau Braz	Cr\$ 7.000,00
São Tomé	Cr\$ 10.000,00

A Comissão de Constituição e Justiça.

## OFÍCIOS:

Sob n.º 43-70, do Senhor Governador do Estado, comunicando haver VETADO INTEGRALMENTE o Projeto de Lei n.º 276-69.

Do Senhor Deputado NELSON BUFFARA, que visa autorizar o Poder Executivo a celebrar convênio através do Departamento de Estradas de Rodagem, com o município de Paranaguá, destinado à execução dos serviços de pavimentação asfáltica do trecho da estrada que liga a Praia de Leste a de Pontal do Sul. — A C.C.J.

Sob o n.º 562-70, do senhor deputado HOMERO SANTOS, presidente da Assembleia Legislativa de Belo Horizonte, comunicando a eleição e posse da nova Mesa, daquele Legislativo — Ao conhecimento da Casa — Agradeça-se.

Sob o n.º 341-70, do senhor deputado JOSE TAVARES, presidente da Assembleia Legislativa de Macaé, comunicando a eleição e posse da nova Mesa Diretora daquele Legislativo. — Ao conhecimento da Casa — Agradeça-se.

Sob o n.º 742, do senhor EUNIDES MASCARENHAS RIBAS, secretário de Estado, no qual acusa o recebimento do ofício expedido por esta Casa, de autoria do senhor deputado OLIVIER GABARDO. — Ao conhecimento do sr. Deputado interessado.

Sob o n.º 388-70, do senhor JOAO DENTICE, chefe da Casa Civil, acusando recebido ofício expedido por esta Casa, comunicando a eleição e posse da Mesa Diretora desta Assembleia Legislativa. — Ao conhecimento da Casa.

## EMENDA

Ao projeto de lei n.º 173-69.

Acrescente-se onde couber:

Art. — O Poder Executivo incluirá, no Orçamento Geral do Estado, para os exercícios de 1974 e 1975, dotações orçamentárias específicas destinadas ao Departamento de Estradas de Rodagem, a fim de atender ao disposto nas Leis n.ºs 5.801, de 6 de julho de 1968, e 6.075, de 24 de fevereiro de 1970.

Sala das Sessões, em 27 de maio de 1970.

(a) — Ivo Tomazoni

## REQUERIMENTO

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições, requer, após ouvir o Plenário, que a Mesa anuncie, obrigatoriamente, no início dos trabalhos, os dias de reunião da Comissão de Constituição e Justiça.

Consideramos necessária tal medida, a fim de se evitar falta de quorum nas reuniões das Comissões Técnicas.

Sala das Sessões, em 27 de maio de 1970.

(a) — Paulo Poli

## REQUERIMENTO

Senhor Presidente:

O Deputado que este subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, requer que, após ouvido o Plenário, seja consignado, nos Anais da Casa, um voto de profundo pesar pelo infasto desaparecimento do padre Francisco de Battista, vigário do Distrito de Tamarana (município de Londrina), onde mereceu suas excepcionais qualidades gozava do maior respeito e admiração, quer no campo religioso, quer no da educação de nossa juventude, como presidente do setor e como professor de um dos ginásios da Campanha Nacional de Escolas da Comunidade, constituindo perda irreparável para aquela comunidade e, bem assim, para nosso Estado.

Solicita, outrossim, seja dado conhecimento da sábia decisão desta Casa, à Paróquia de Tamarana, à Diocese de Londrina e ao setor local da C.N.E.C.

Sala das Sessões, em 27 de maio de 1970.

(a) — Arnaldo Busato

## REQUERIMENTO

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, requer, após ouvido o Plenário, seja encaminhado um apelo ao exmo. sr. Governador do Estado, no sentido de que o Concurso para o preenchimento de vagas no Ensino Médio, seja realizado nas respectivas regiões, a exemplo do realizado para o Ensino Primário.

Anexamos ao presente requerimento, um abaixo-assinado de professores da região Noroeste, onde são expostos os motivos da presente solicitação.

Sala das Sessões, em 25 de maio de 1970.

(a) — Wilson Fortes

## REQUERIMENTO

Senhor Presidente:

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições e na forma regimental, considerando que amanhã não haverá sessão plenária e nem expediente na Secretaria da Assembleia Legislativa, em virtude do feriado nacional de "Corpus Christi", requer, ouvido o Plenário, sejam suspensos também os trabalhos legislativos e da Secretaria, na próxima sexta-feira, dia 29 do corrente, a fim de permitir que os Senhores Deputados possam se deslocar para o interior do Estado, com mais tempo para atender a seus compromissos e visitar maior número de municípios.

Sala das Sessões, em 27 de maio de 1970.

(a) — Erondy Silvério

## PROJETO DE LEI:

Projeto de Lei n.º 95-70

A Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

## DECRETA:

Art. 1.º — Fassa a integrar a 43.ª Inspeção Regional de Ensino, com sede na cidade de Toledo, o município de Palotina.

Art. 2.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 27 de maio de 1970.

(a) — Leopoldo Jacomet

## JUSTIFICATIVA:

O município de Palotina, com a sanção da Lei n.º 6.094, de 07 de maio corrente, publicada no Diário Oficial da mesma data, passou a integrar a Inspeção Regional de Ensino que tem por sede a cidade de Marechal Cândido Rondon.

Todavia, parece-nos mais racional que o município já indicado venha a pertencer a 43.ª Inspeção Regional de Ensino, em face da maior facilidade de comunicação e acesso ao Município de Palotina, ao qual, pelas razões expostas, já está estreitamente ligado.

Em face de tais circunstâncias, apresentamos a presente iniciativa à consideração de nossos Ilustres Pares, esperando se lhe dê total apoio.

O SR. PRESIDENTE — Está finda a leitura do Expediente. Concedo a palavra, no Pequeno Expediente, ao sr. deputado Antônio Lopes Junior, inscrito.

O SR. ANTÔNIO LOPES JUNIOR — Sr. Presidente, srs. Deputados. Dando sequência aos pronunciamentos sobre realizações do Governo da Revolução, quero hoje registrar, para que fique nos Anais da Casa, as minhas calorosas congratulações ao Presidente Emílio Médici, pela firme e importan-

te decisão, aumentando os limites do mar territorial ao Brasil, para 200 milhas.

A primeira vista pode parecer de pouca importância o fato. Mas não é. Está ligado intimamente à própria segurança da Nação e a uma das nossas riquezas.

Não faz muito tempo, ouviamos a notícia de que barcos pesqueiros estrangeiros pescavam camarão e lagosta em nossos mares. Informes posteriores nos deram conta de que, em 30 dias, estrangeiros pescaram perto de 200 mil toneladas de peixes e camarões, ultrapassando e muito o que pescam num ano, barcos nacionais nas costas do Rio Grande do Sul e Santa Catarina.

O sr. Alencar Furtado — V. Exa. permite um aparte? (Assentimento). Nobre deputado Antônio Lopes Júnior, V. Exa. se congratula com o Presidente da República, pela medida nacionalista adotada, entendendo o limite marítimo nacional. E, ao tempo em que V. Exa. se congratula com o Governo da República, eu faço um adendo congratulatório àquele Senador da República que teve a ideia original, no Senado, o Senador Lino de Matos, autor do projeto, membro do MDB e que teve, vamos dizer, esta inspiração para uma medida tão preservadora das riquezas pátrias.

O SR. ANTONIO LOPES JUNIOR — Agradeço o aparte de V. Exa. e neste vejo também a preocupação do Congresso Nacional, através do ilustre senador Lino de Matos, com problemas de tanta importância.

Em futuro não distante, poderemos explorar petróleo na nossa plataforma submarina e é preciso garanti-la para a Petrobrás.

Vemos, por isso, apenas que a medida foi das mais acertadas e de grande interesse nacional. E foi tomada com cautela, na defesa dos nossos interesses, sem afetar interesses alheios.

Esse o registro que faço com satisfação e que diz respeito aos grandes interesses nacionais.

Era só, sr. Presidente. (Sem revisão do orador)

O SR. PRESIDENTE — Concedo a palavra ao sr. deputado Nelson Buffara, inscrito.

O SR. NELSON BUFFARA — Sr. Presidente, srs. Deputados. A nossa intenção, neste instante, desta tribuna, é encaminhar à apreciação da Mesa, requerimento que reputamos da mais alta importância para a classe do funcionalismo estadual do Paraná.

Está vasado nos seguintes termos: (16)

#### “REQUERIMENTO

Senhor Presidente, Senhores Deputados:

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições e na forma regimental, requer à Mesa, ouvido o Plenário, seja oficiado ao excelentíssimo senhor Governador do Estado, reivindicando a abertura de prazo para inscrição de servidores públicos interessados no instituto da Readaptação.

A vigente Carta Política Estadual, em seu artigo 151, estatui:

“Fica o Poder Executivo autorizado a promover mediante concurso de provas e títulos a readaptação dos servidores públicos que, à data da promulgação desta Constituição, estiverem desviados das funções correspondentes às respectivas séries de classes”.

O Instituto da readaptação, relativamente novo no sistema administrativo, não era erigido em canon Constitucional, na Carta Magna Federal, de 1946.

O Estatuto dos Funcionários Públicos Civis do Estado — Lei no 293, de 24 de novembro de 1949 — no capítulo IX, no título epígrafado “Da Readaptação”, artigos 61 usque 63, preveniu, oportunamente, o instituto nas modalidades seguintes:

- a) — aproveitamento de funcionário em função mais compatível com a sua capacidade física, ou intelectual e vocação;
- b) — compulsoriamente, nas hipóteses tais quais:

- 1) — quando ocorrer modificações do estado físico ou das condições de saúde do funcionário, que lhe diminua a eficiência para a função;
- 2) — quando o nível de desenvolvimento mental do funcionário não corresponder aos seus pendores vocacionais, e, finalmente,
- 3) — quando se apurar que o funcionário não possui habilitação profissional exigida em lei para o cargo que ocupa.

Inconscusavelmente, o instituto, inspirado em sentimentos humanitários, objetivava, como de fato objetiva, situar o funcionário numa faixa de atividades condizentes com as suas propensões e vocações. Logo de uma amplitude notável, corrigiu e sancionou situações anômalas existentes.

Como o advento do Plano de Classificação de Cargos, consubstanciado na Lei no 4.544, de 31 de janeiro de 1962, o instituto, com exceção da compulsoriedade, foi derogado, em face do articulado no artigo 78, segundo a qual:

“Após a implantação do novo sistema de classificação de cargos, respeitadas as exceções previstas em Lei, será responsabilizada, a autoridade que desviar o funcionário do exercício das atribuições que forem próprias da respectiva classe”.

Procurou-se, à evidência, coibir o desvio funcional. No entanto, a própria administração, em reconhecendo o inevitável desvio, que se processa de fato, na mecânica administrativa, baixou o edito no 11.047, de 8 de março de 1963, cuja súmula tem o seguinte teor:

“Dispõe sobre a readaptação de que trata a Lei no 4.544, de 31 de janeiro de 1962”.

E, nesse pressuposto legal, centenas de readaptações se processaram, em decorrência do desvio de fato, atribuindo-se, de consequência, função mais compatível com o nível mental e inclinações vocacionais.

Posteriormente, o Ato Complementar no 28, de 13 de dezembro de 1966, permitia, somente, as readaptações, de acordo com as normas nele editadas, dentre as quais exsurge como condição “sine qua non” concurso público, de provas e de títulos. Visível, aqui, o engano de legislador ao falar em “concurso público”. A readaptação tem por pressuposto, inequívoco, o cargo ocupado legalmente.

Já a Constituição Estadual de 1967, denunciando, com critério, a realidade das coisas, autorizou o Poder Executivo a promover mediante Concurso de Provas e de Títulos a readaptação aos servidores públicos, que, à data da promulgação dela, estivessem desviados de suas funções, cujo preceito é reproduzido na vigente Carta Política Estadual, a que já fizemos menção.

Esse é o prólogo.

Dessume-se, meridianamente, de que se trata de preceito autorizatório, auto exequível, conciliando, com propriedade, interesses de funcionário e da administração. E nesse binômio, que se exaure e completa o instituto.

E, insiste-se, quando o permissivo constitucional fala em Concurso de Provas e de Títulos, restringe, obviamente, aos servidores empossados, na forma da lei, em cargo público. E o corolário do instituto. Portanto, sem temor de erro, a readaptação se subsume na nomeação.

Destarte, senhor Governador, a operosa classe do funcionalismo, pede e espera, que Vossa Excelência, não coloque em obliquo o dispositivo Constitucional em referência, permitindo, para os que exercem função de fato, possam, também exercê-la de direito, determinando, de conseguinte a abertura de prazo para inscrição de candidatos interessados no instituto da Readaptação, que se processará mediante concurso de provas ou de provas e de títulos, pela Divisão de Seleção e Aperfeiçoamento do D.E.S.P., na forma de E a justificativa.

Saía das Sessões, em 27 de maio de 1970.

(a) — Nelson Buffara

O SR. PRESIDENTE — Concedo a palavra ao sr. Olavo Ferreira, inscrito.

O SR. OLAVO FERREIRA — Sr. Presidente e srs. Deputados. No dia 16 de abril deste ano, ocupamos a tribuna comentando e relatando os resultados auspiciosos da reunião do secretariado do Governo Paulo Pimentel.

Naquela oportunidade, o sr. Governador declarava que a situação financeira do Estado era boa e, diante deste fato, auspicioso, apresentamos um requerimento sugerindo a S. Exa., desde que não temos a competência necessária para apresentar projetos de lei que visem aumento de vencimentos, sugerimos a S. Exa., repetimos, que envie à Assembleia Legislativa do Estado uma Mensagem aumentando o funcionalismo público, da mesma maneira como os demais Estados da Federação o fizeram, e o próprio Governo Federal.

Sr. Presidente, já são passados um mês e 1/2 quase 45 ou 50 dias, e não tivemos ainda resposta de S. Exa. O sr. Governador do Estado. Recebemos ofício da Associação dos Servidores Públicos do Paraná, pela manifestação feita nesta tribuna, naquela oportunidade e temos conhecimento de que a referida Associação dos Servidores enviou ao sr. Governador do Estado um memorial no dia 30 de abril, portanto, 14 dias após o nosso pronunciamento, fazendo a mesma solicitação, dizendo que o último reajustamento salarial foi concedido à classe no mês de fevereiro de 1969.

Portanto, há 14 meses, na base de 20% e que o percentual, já naquela época era considerado bastante insuficiente para proporcionar o equilíbrio do orçamento doméstico do funcionalismo e acabou completamente absorvido pela sucessiva elevação do custo de vida. E também a reavaliação de cargos, projeto sancionado pelo próprio Governador do Estado e posto em vigor no mês de agosto do ano passado, trouxe benefícios, através da reorganização das carreiras, mas pouco ou nada valeu como fato, ou melhoria salarial, porque o percentual registrado, as mais das vezes, foi insignificante para determinadas categorias.

Enquanto a paridade de vencimentos, ainda em estudo, não vem, e pode demorar, e as necessidades urgentes do próprio funcionalismo fazem com que volte, novamente, a esta tribuna, fazendo apelo ao sr. Governador do Estado, para que responda às nossas solicitações e às sugestões que apresentamos da tribuna.

Sr. Presidente, srs. Deputados, são inúmeras as cartas que temos recebido. Não vamos lê-las, consideramos que todos os srs. Deputados conhecem as necessidades do funcionalismo, aliás não só do funcionalismo mas de todas as classes salariais, que estão sentindo a necessidade de melhoria, porque o seu poder aquisitivo, cada dia que passa, se consome com a elevação do índice inflacionário.

Portanto, sr. Presidente, nesta oportunidade, nada mais justo que voltarmos à presença do sr. Governador do Estado e apresentemos um requerimento, em termos altos, mas em termos incisivos, a fim de que S. Exa. atenda o apelo que faz o funcionalismo através desta Casa, para que se proceda o mais rapidamente possível os estudos e a mensagem seja enviada à Assembleia Legislativa para que o funcionalismo não sofra mais as angústias que vem sofrendo com um salário tão falível e tão baixo.

O sr. Alencar Furtado — V. Exa. permite um aparte? (Assentimento). Nobre Deputado, tem propriedade e oportunidade, o pronunciamento de V. Exa. Já o Poder Público, dentro da área do Executivo, como do Legislativo, este Poder Público já está devendo uma satisfação ao funcionalismo público em termos de aumento de vencimentos.

Acho que o Poder Público seria a entidade menos indicada para se ocupar dos benefícios do funcionalismo público. E quando digo se ocupar é que com esta desvalorização da moeda, com o aviltamento cotidiano do vencimento do funcionalismo, não se justifica que o Estado do Paraná, quando o Governo da República já fez, reajustamento, não à base, não à altura das necessidades, mas já deu um aumento de 20% ao seu funcionalismo. Quando o Prefeito de Curitiba já fez o mesmo, quando a Câmara Municipal desta Capital já fixou também o novo nível de vencimentos, para seu funcionalismo, com 20% de aumento. Não tem cabimento que o Poder Legislativo do Paraná, que o Poder Executivo deste Estado não socorra a aflição que deve ser constante na casa da maioria, senão na de todos os servidores públicos do Paraná.

Congratulo-me com V. Exa., porque a reiteração do pedido, do clamor, do reclamo, feita pela voz de V. Exa. é o reclamo, é o clamor e é o reclamo desta corte imensa de servidores que soerguem o progresso deste Estado. Sem eles o Estado não produziria quase nada, senão eles a máquina administrativa deste Estado, tão louvada pela imprensa, não estaria funcionando. Eles são a alavanca propulsora deste Estado.

Antes de ler o requerimento tenho a dizer aos srs. Deputados que não voltarei a esta tribuna para tratar deste assunto.

Iremos entrar, muito breve, em campanha política e não poderei admitir, em hipótese alguma, que passe pelo pensamento de quem quer que seja que assumamos a esta tribuna para fazer média a custa de um funcionalismo tão sacrificado.

E pela última vez que viemos a esta tribuna tratar deste assunto. Esperamos que o sr. Governador dê a atenção que merece este requerimento. (16)

“Senhor Presidente:

O Deputado que abaixo subscreve, de acordo com as normas regimentais, requer a V. Excia. o envio ao exmo. sr. Governador do Estado, do seguinte Pedido de Informações:

1) — Considerando os termos do requerimento-sugestão, aprovado por esta Casa, a 16 de abril passado e referente ao aumento do funcionalismo público estadual;

2) — Considerando a necessidade urgente de que se chegue a um resultado que venha atender as justas reivindicações do Funcionalismo, Vimos solicitar a V. Exa. as seguintes informações:

- a) — Que providências foram tomadas sobre o assunto?
- b) — Quais os órgãos governamentais que procedem aos estudos necessários;
- c) — Como se encontram os trabalhos para um breve atendimento de tão justa e imperiosa necessidade que não permite maiores protelações;



d) — Em que época pensa V. Exa. poder enviar a esta Casa a mensagem tão aguardada pelo Funcionalismo?

(a) — Olavo Ferreira

Era só, sr. Presidente. (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — Concedo a palavra ao sr. deputado Olivir Gabardo, inscrito.

O SR. OLIVIR GABARDO — Sr. Presidente, srs. Deputados. A imprensa nacional noticiou, há poucos dias, a constituição de uma Comissão Especial de alto nível, formada no Ministério de Agricultura, com a incumbência de visitar o norte do Paraná e o Estado de São Paulo para conhecer as causas da dispensa em massa de empregados rurais nessas duas regiões.

Realmente, isto já vinha ocorrendo há muito tempo. Ninguém conhece as grandes dificuldades porque passam nossos agricultores. Os proprietários rurais dessas regiões, eminentemente cafeicultores, viram-se em situação difícil em razão não apenas das geadas que se abateram na região Norte do Paraná, mas, principalmente, pelo brutal confisco que se verifica hoje sobre a comercialização do café.

Se isto vem ocorrendo, sr. Presidente e srs. Deputados, essa dispensa em massa de trabalhadores, queremos dizer e reafirmar que, certamente não é pela vontade dos senhores proprietários que isto vem ocorrendo, porque têm eles necessidade da sua mão-de-obra para cortar a sua lavoura. Ocorre que estas dispensas não são feitas em razão da má vontade ou da indisposição dos homens que têm as suas propriedades dentro deste Estado e do Estado de São Paulo, é mais porque as causas mais profundas são resultantes não apenas dos fenômenos meteorológicos, como a geada no Estado do Paraná, mas a causa fundamental disso é, sem dúvida nenhuma, o brutal confisco que o Governo lança sobre a comercialização do nosso café, confisco este que não tem mais razão de ser. Se já houve uma razão para que o Governo lançasse mão de um confisco sobre o café, quando o mercado internacional estava abarrotado e havia super-produção dentro do território brasileiro, a medida foi, por certo, muito acertada, permitindo-se que, com o diferencial do confisco lançado pelo Governo, pudesse o próprio Governo adquirir os excedentes de safra para estocar estes cafés, cuja estocagem veio até a casa de 70 ou mais milhões de sacas de café.

O sr. Olavo Ferreira — V. Exa. permite um aparte? (Assentimento). Nobre deputado Olivir Gabardo, V. Exa. traz a esta Casa um assunto palpitante e muito importante, e de certa gravidade.

Nós gostaríamos de dizer a V. Exa. e a todos os nossos companheiros, que tivemos conhecimento, através do Presidente da Associação da Classe Patronal de Londrina, dr. Paulo Carneiro Ribeiro, que deverá estar em Londrina, sexta-feira, uma Comissão de Alto Nível constituída pelo Governo Federal, para verificar "in loco" os motivos dessa tão propagada dispensa em massa dos trabalhadores rurais.

Sr. Deputado, digo com toda franqueza a V. Exa. e, se houver oportunidade, direi também a esta Comissão de Alto Nível, que não temos verificado esta tão propagada dispensa em massa de trabalhadores. Há realmente nesta época, após a colheita, uma dispensa natural de trabalhadores braçais, eventuais que fazem a colheita do algodão este ano bastante sacrificada, em vista das intempéries e cuja produção foi muito aquém do que se esperava, pelos cálculos esperados, portanto, eu tenho a impressão de que esta Comissão irá verificar que não existe esta dispensa em massa, no Paraná; existe realmente uma dispensa lamentável, e aqueles que o fazem, como bem diz V. Exa., o fazem porque não têm condições de manter aqueles seus assalariados. Estou lembrado, nobre Deputado, que já na tribuna desta Casa, no passado, eu fiz um apelo e aproveitei — se V. Exa. me permite prolongar o meu aparte — para fazer também o meu apelo de que patrões e empregados rurais não permitam que haja, no Paraná, esta dispensa em massa.

Há necessidade de mãos dadas, reconhecemos o período difícil por que passa a agricultura paranaense e o homem que é da terra, que tem a sua casa, que tem o seu terreno para plantar, fique ao lado do seu patrão e deve ter estas condições de meios, pelo menos mínimos, que é para comprar a farinha, o sal, para comprar aquelas coisas necessárias, indispensáveis, e que ele não pode tirar da terra, para que ele possa sobreviver. Acredito que dentro de um espírito de apelo aos patrões, um espírito de apelo à classe patronal do Paraná e não só do Paraná, mas de todo o Brasil, não haverá esta dispensa em massa. O que está havendo, é um pouco de desorientação, o que está acontecendo é um pouco de um alarme exagerado de pessoas que estão desejando também através destes trabalhadores pregar a inquietude, a intranquilidade no Estado do Paraná. O Estado do Paraná não está tão inquieto, tão intranquilo como querem insinuar algumas pessoas. Existe uma classe que deve ser controlada, desde que haja bom entendimento entre a classe trabalhadora e a classe patronal. Faz bem V. Exa. fazer este alerta desta tribuna e aproveite, nobre Deputado, para fazer um apelo a cada classe patronal para que estenda nestas horas tão difíceis e amargas por que passa o Estado do Paraná no setor agro-pecuário, estenda a mão aos seus trabalhadores rurais, a fim de que ele não ponha as malas às costas, não andem pelas estradas, mas permaneça nas suas casas por mais modestas que sejam, mas que permaneça nos seus setores, nas suas fazendas até que dias melhores tenhamos para a agricultura paranaense. Com referência ao confisco cambial, é por isso que nós sempre lutamos contra o confisco cambial e também contra o confisco do café solúvel, e hoje podemos falar, nós nos retiramos da Cia. Cacicque de Café Solúvel, para que não ouvissemos nesta Casa dizerem que estávamos falando em causa própria. Nunca falamos em causa própria, preferimos deixar a diretoria para aqui abordar problemas que digam respeito à agricultura e digam respeito aos interesses paranaenses e brasileiros sem que venham interferir em nossos interesses pessoais. Portanto, o confisco cambial sobre o café solúvel foi o segundo erro que cometeu o governo federal. Devia ter tirado também o confisco do café verde e nunca ter colocado o confisco sobre o café solúvel. V. Exa. faz bem também em lembrar que no Paraná iremos colher apenas um milhão de sacas de café. Desta tribuna várias vezes abordamos este assunto, e várias vezes nós dissemos que o Paraná não dava mais que um milhão de sacas de café. Teremos oportunidade de ver, depois de colheita esta pequena, esta modesta, esta insignificante safra de café, que não estávamos enganados, que não eram falsos não eram alarmantes mas eram sinceros eram corretos; nossos dados era de um cafeicultor que conhece o café e conhece a sua região cafeeira e sabe que existe este café mas que não existe afluxos de cafés nos pés de cafeeiros.

Portanto, nobre Deputado, eu me congratulo com V. Exa. pelo alerta que faz da tribuna desta Casa, pedindo ao Governo Federal que retire o confisco cambial, para que a classe da cafeicultura, tão sofrida, tão angustiada, não continue a sofrer e não fique tão angustiada.

O SR. OLIVIR GABARDO — Nobre Deputado, o aparte de V. Exa. é sobremaneira oportuno, mesmo porque V. Exa. é representante daquela região e conhece bem o problema da cafeicultura.

V. Exa. tem, desta tribuna, sido também um incansável batalhador em favor dos nossos homens que mourojem a terra e certamente são dos maiores responsáveis pela continuidade de divisas que o Brasil vem recebendo e é também sustentáculo na sua balança comercial internacional.

Mas, nobre Deputado, quando nos referimos ao problema dessa dispensa, a dispensa muitas vezes tem se caracterizado como uma dispensa total entre o empregador da área rural e o trabalhador. O cafeicultor ou proprietário e o trabalhador. Muitas vezes essa dispensa vem sobre outra forma, como tem ocorrido. Isto é, são eliminados os contratos de trabalho como meeiros, porcenteiros e outras formas, para transformar os empregados, os assalariados como mouristas, fato que impede a continuidade dos trabalhos, às vezes na área rural, dada a quantidade mínima que recebem e que não têm condições de se manter na área rural. Daí ter que se afastar. Mas este apelo nós fazemos também e que haja compreensão dos srs. proprietários, dos srs. fazendeiros e que não haja esta dispensa como nós temos registrado nos últimos anos. Mas isto não impedirá que vá ocorrer...

O sr. Alencar Furtado — V. Exa. permite um aparte? (Assentimento). Nobre deputado Olivir Gabardo, debitar-se o desemprego ao patrão, não me parece justo. O patrão emprega quando necessita, simplesmente. É uma luta ainda clássica, da teoria do "laissez faire", "laissez passer".

Veja V. Exa. Deputado, o meu ponto de vista, pior do que a geada foi a medida governamental da erradicação do café, neste Estado, de maneira indiscriminada e desracionalizada. Isto sim trouxe desemprego, porque transformaram ou transfiguraram regiões inteiras de região cafeicultura para pecuária. Então o desemprego veio e em massa. A região noroeste do Estado, por exemplo; hoje está quase de pleno desemprego. O problema social cresceu em decorrência de uma medida imposta pelo Governo de hoje que está arrependido, quando estimula o plantio na mesma área, quando a árvore daquela época não servia. Então, eu acho que V. Exa. aborda o problema bem, mas que se estenda o apelo, que se debite a responsabilidade ao Governo Federal, que teve culpa porque errou; e é erro hoje reconhecido neste desemprego hoje quase em massa, que ocorre na região agrícola do Paraná.

O SR. OLIVIR GABARDO — Agradeço o aparte de V. Exa. que corrobora com os argumentos que expendemos no sentido de esclarecer as razões dessa dispensa em massa de empregados. O problema social que se avoluma em torno das cidades do Norte do Estado, da zona cafeeira principalmente e acredito em outras cidades.

Realmente não se pode atribuir exclusivamente aos proprietários rurais esta dispensa, porque há uma causa mais profunda em tudo isto e a responsabilidade é toda ela do próprio Governo Federal que, com sua política protecionista, em relação à nossa economia tem feito o que estamos observando. Tem feito com que a produção brasileira, principalmente do café, venha sendo feita às expensas de seus trabalhadores, porque enquanto o preço da saca de café chega hoje no mercado internacional ao altíssimo preço de 250 cruzeiros a saca, o que nós vemos é o Estado pagando 124 cruzeiros apenas, deixando em seus cofres 126 cruzeiros, isto é, mais de 50%. Agrava-se o problema e não há razão para que isto continue...

O sr. Olavo Ferreira — V. Exa. permite um aparte? (Assentimento).

Não sei de onde V. Exa. tirou setes dados mas sei que a saca custa 300 cruzeiros e não 250 cruzeiros.

O SR. OLIVIR GABARDO — V. Exa. tem razão.

Daí por que, levando em consideração a mão de obra necessária para o plantio do café e...

O SR. PRESIDENTE — A Presidência informa que faltam cinco minutos para encerrar a hora do Expediente.

O SR. OLIVIR GABARDO — Sr. Presidente, solicito que me inscreva para o Grande Expediente da próxima sessão. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — Deferido o pedido formulado pelo deputado Olivir Gabardo.

Está encerrada a Hora do Expediente. Passa-se à

#### ORDEM DO DIA

com a presença de 32 srs. Deputados.

Sobre a mesa, emenda apresentada pelo sr. deputado Ivo Tomazoni, ao Projeto de Lei n.º 173-69. Necessita de apoio. — Apoiado.

Projeto de Lei de autoria do sr. deputado Leopoldo Jacomet, constante do Expediente. Necessita de apoio. — Apoiado. Irá a Comissão de Constituição e Justiça.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos srs. Deputados.

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Lei n.º 5-70, autorizando o Poder Executivo firmar, através do D.E.R., com a Prefeitura Municipal de Imbituva, convênio de auxílio e cooperação para construção de uma Ponte sobre o rio Imbituvinha, na ligação Imbituva à rodovia Ponta Grossa-Foz do Iguaçu. — Aprovado.

#### REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI N.º 5-70

A Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

#### DECRETA:

Art. 1.º — Fica autorizado o Poder Executivo a firmar, através do Departamento de Estradas de Rodagem com a Prefeitura Municipal de Imbituva, convênio de auxílio e cooperação, para a construção de uma ponte sobre o rio Imbituvinha, na ligação Imbituva à rodovia Ponta Grossa-Foz do Iguaçu.

Art. 2.º — Fica ainda o Poder Executivo autorizado a firmar convênio através do Departamento de Estradas de Rodagem, com a Prefeitura Municipal de Curitiba, para serviços de pavimentação do prolongamento da Avenida Hugo Simas, no trecho compreendido entre a localidade denominada Cruz do Pilarzinho e a Vila Militar, numa extensão de 3.400m, correndo a despesa à conta dos recursos específicos incluídos no Orçamento Geral do Estado para este exercício, aplicando-se, no que couber, o título 5.º da Lei Federal n.º 5.172, de 25 de outubro de 1968.

Art. 3.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 18 de maio de 1970.

aa) IVO TOMAZONI — Presidente

AGNALDO PEREIRA LIMA — Relator

3.a DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 173-69, de autoria do dep. Paulo Camargo, dando nova redação ao Artigo 4.º, da Lei n.º 5.860, de 18-10-68. — Pareceres favoráveis da C.C.J., C.F. e C.P. — Aprovado o Projeto e a emenda.

1.a DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 259-69, de autoria do dep. Roberto Wypych, declarando de Utilidade Pública, o Colégio Santa Maria, com sede na cidade de Cascavel. — Parecer favorável da C.C.J. — Aprovado.

PROJETO DE LEI N.º 259-69  
A Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1.º — Fica declarada como de utilidade pública, o Colégio Santa Maria, com sede na cidade de Cascavel, Estado do Paraná.

Art. 2.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 13 de novembro de 1969.

(a) ROBERTO WYPYCH

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PARECER AO PROJETO DE LEI N.º 259-69

Pretende o nobre deputado Roberto Wypych, com o presente plano de lei, declarar de utilidade pública o Colégio Santa Maria, da cidade de Cascavel, tendo em vista as suas nobres finalidades de atendimento às pessoas de pouco ou nenhum recurso, no setor educacional.

A medida é das mais justas e encontra guarida na legislação que rege a matéria, daí porque nos manifestamos pela sua aprovação.

Sala das Comissões, em 5 de maio de 1970

(as) EMÍLIO CARAZZAI — Presidente  
LUIZ RENATO MALUCELLI — Relator  
IVO TOMAZONI

O SR. PRESIDENTE — Sobre a mesa, requerimento de autoria do sr. deputado Erondy Silvério, constante do Expediente, solicitando sejam suspensos os trabalhos legislativos e da Secretaria da Assembleia Legislativa, no próximo dia 29, sexta-feira, considerando que não haverá Sessão Plenária e nem Expediente, amanhã, em virtude de feriado nacional de "Corpus Christy", a fim de permitir que os srs. Deputados possam se deslocar para o interior do Estado, com mais tempo para atender a seus compromissos e visitar maior número de municípios. — Aprovado.

Requerimento de autoria do sr. deputado Wilson Fortes, constante do Expediente, solicitando seja encaminhado apelo ao sr. Governador do Estado. — Aprovado.

Requerimento de autoria do sr. deputado Arnaldo Busato, constante do Expediente, solicitando seja encaminhado apelo ao sr. Governador do Estado. — Aprovado.

Requerimento de autoria do sr. deputado Nelson Buffara, lido da tribuna solicitando seja oficiado ao sr. Governador do Estado. — Aprovado.

Requerimento de autoria do sr. deputado Paulo Poli, constante do Expediente, solicitando que a Mesa anuncie, obrigatoriamente, no início dos trabalhos, os dias de reunião da Comissão de Constituição e Justiça. — Aprovado.

Requerimento de autoria do sr. deputado Olavo Ferreira, lido da Tribuna, solicitando seja encaminhado ao sr. Governador do Estado, pedido de informações. — Em discussão.

O SR. ERONDY SILVÉRIO (Pela ordem) — Peço a palavra para discutir o requerimento.

O SR. PRESIDENTE — Fica adiada a discussão do requerimento para a próxima sessão, no final da Ordem do Dia.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente Sessão, marcando outra para o dia 1.º de junho, segunda-feira, à Hora Regimental, com a seguinte

#### ORDEM DO DIA:

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Lei n.º 124-69;

4.a DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 173-69;

2.a DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 259-69;

1.a DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 49-70.

Levanta-se a Sessão.

#### PORTARIAS:

PORTARIA N.º 231-70

O Diretor Geral da Secretaria da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do Processo protocolado sob o n.º 227, de 19 de maio de 1970, deste Poder.

RESOLVE:

lotar CELSO ARAUJO JUNIOR, funcionário do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembleia, no Serviço de Biblioteca.

Gabinete da Diretoria Geral, em 19 de maio de 1970.

a) FLODOALDO TRINDADE — Diretor Geral

PORTARIA N.º 232-70

O Diretor Geral da Secretaria da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do Processo protocolado sob o n.º 3023, de 18 de maio de 1970, deste Poder.

RESOLVE:

designar CLEIDE ANGELINA MOLINARI DA SILVA, funcionária do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembleia, para exercer as funções de Secretária da Comissão de Sindicância de Acordo com a Portaria n.º 212-70 de 4 de maio de 1970.

Gabinete da Diretoria Geral, em 21 de maio de 1970.

a) FLODOALDO TRINDADE — Diretor Geral

PORTARIA N.º 233-70

Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do Processo protocolado sob o n.º 2890, de 18 de maio de 1970, deste Poder.

lotar ELIDA DAITCHMANN, funcionária do Quadro de Pessoal de Secretaria desta Assembleia, no Departamento Administrativo.

Gabinete da Diretoria Geral, em 21 de maio de 1970.

RESOLVE:

a) FLODOALDO TRINDADE — Diretor Geral

PORTARIA N.º 234-70

O Diretor Geral da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do Processo protocolado sob o n.º 3026, de 18 de maio de 1970, deste Poder.

RESOLVE:

conceder a Durval Estevão de Almeida, funcionário de Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembleia, noventa (90) dias de licença, para tratamento, em prorrogação, a partir de 19 de maio de 1970.

Gabinete da Diretoria Geral, em 21 de maio de 1970.

a) FLODOALDO TRINDADE

Diretor Geral

PORTARIA N.º 235-70

O Diretor Geral da Secretaria da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do Processo protocolado sob o n.º 3028, de 18 de maio de 1970, deste Poder.

RESOLVE:

conceder a Madona S. Loyola, funcionária do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembleia, quatorze (14) dias de licença, para acompanhar tratamento de saúde de sua filha, a partir de 18 de maio de 1970.

Gabinete da Diretoria Geral, em 21 de maio de 1970.

a) FLODOALDO TRINDADE

Diretor Geral

PORTARIA N.º 236-70

O Diretor Geral da Secretaria da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do Processo protocolado sob o n.º 2914, de 19 de maio de 1970, deste Poder.

RESOLVE:

conceder a Carlos Eduardo Jung, funcionário do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembleia, trinta (30) dias de férias, relativas ao exercício de 1970, a partir de 18 de maio de 1970.

Gabinete da Diretoria Geral, em 21 de maio de 1970.

a) FLODOALDO TRINDADE

Diretor Geral

PORTARIA N.º 237-70

O Diretor Geral da Secretaria da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do Processo protocolado sob o n.º 2903, de 18 de maio de 1970, deste Poder.

RESOLVE:

conceder a Rosalina Pereira Santin, funcionária do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembleia, quinze (15) dias de férias, referentes ao exercício de 1969, a partir de 18 de maio de 1970.

Gabinete da Diretoria Geral, em 21 de maio de 1970.

a) FLODOALDO TRINDADE

Diretor Geral

PORTARIA N.º 238-70

O Diretor Geral da Secretaria da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do Processo protocolado sob o n.º 2910, de 19 de maio de 1970, deste Poder.

RESOLVE:

conceder a Senhorinha Bernardi, funcionária do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembleia, trinta (30) dias de licença, para tratamento de saúde, a partir de 11 de maio de 1970.

Gabinete da Diretoria Geral, em 21 de maio de 1970.

a) FLODOALDO TRINDADE

Diretor Geral

PORTARIA N.º 239-70

O Diretor Geral da Secretaria da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do Processo protocolado sob o n.º 2912, de 19 de maio de 1970, deste Poder.

RESOLVE:

conceder a Gilberto Bittencourt Fontoura, funcionário do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembleia, trinta (30) dias de férias, referentes ao exercício de 1970, a partir de 18 de maio de 1970.

Gabinete da Diretoria Geral, em 21 de maio de 1970.

a) FLODOALDO TRINDADE

Diretor Geral

PORTARIA N.º 240-70

O Diretor Geral da Assembleia Legislativa no uso de suas atribuições e com base no art. 229 da Lei 293, de 24-11-49,

DESIGNA:

os funcionários estáveis, Walter Jose Peixer, Blumer Bosquila e Milton Mader Bittencourt, para sob a presidência do primeiro, constituírem a comissão de sindicância com o objetivo de apurar irregularidades capituladas no item IV do art. 208, do Estatuto dos Funcionários Públicos, pela funcionária Ione Chaves Caprilhone.

Gabinete da Diretoria Geral, em 22 de maio de 1970.

a) FLODOALDO TRINDADE

Diretor Geral

PORTARIA N.º 241-70

O Diretor Geral da Secretaria da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições,

RESOLVE:

em virtude do inverno que está prestes a iniciar-se, estabelecer o seguinte horário a partir de 1.º de junho de 1970.

Turno da manhã: de 2a. a 5a. das 7,30 às 12,30 horas.

Turno da tarde: de 2a. a 5a. das 13,00 às 18,00 horas.

Sextas-feiras: horário único das 7,30 às 12,30 horas.

Gabinete da Diretoria Geral, em 22 de maio de 1970.

a) FLODOALDO TRINDADE

Diretor Geral



## ATAS DAS COMISSÕES:

## COMISSÃO DE TOMADA DE CONTAS

## ATA DE INSTALAÇÃO

## 4a. SESSÃO LEGISLATIVA da 6a. LEGISLATURA

Aos quatorze dias do mês de abril do ano de hum mil novecentos e setenta, às dezessete horas, na sala de reuniões, dessa Assembleia Legislativa reuniu-se a Comissão de Tomada de Contas, com a presença dos seguintes Senhores Deputados Paulo Poli, Aginaldo Pereira Lima, Abrahão Miguel e Serne Scaff, representantes da Aliança Renovadora Nacional e Olivir Gabardo, representante do Movimento Democrático Brasileiro. De acordo com o Regimento Interno, assumiu a Presidência o Senhor Deputado Paulo Poli. Havendo número legal, o Senhor Presidente declarou instalada a Comissão. Em seguida, o Deputado Abrahão Miguel fazendo uso da palavra pela ordem indicou o nome dos Senhores Paulo Poli e Olivir Gabardo para Presidente e Vice-Presidente, respectivamente, os quais foram eleitos por aclamação dos demais membros da Comissão. A seguir, o Deputado Paulo Poli agradeceu a honra e a confiança com que foi distinguido pelos seus pares que o conduziram à Presidência da Comissão. O Senhor Presidente convocou nova reunião, para amanhã, dia quinze de abril, às dezessete horas. Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente declara encerrada a reunião, da qual lavrei a presente ata que vai por mim assinada, bem como pelo Senhor Presidente.

(Ass. Ilegíveis)

## COMISSÃO DE REDAÇÃO

## ATA DA 3a. SESSÃO ORDINÁRIA

Aos quatro dias do mês de maio de hum mil novecentos e setenta, reuniu-se a Comissão de Redação Final, na Sala das Comissões, sob a Presidência do Senhor Deputado Silvio Barros, na ausência do Deputado Ivo Thomazoni, presentes os demais membros, digo, membros. Havendo número legal, o Senhor Presidente declarou abertos os trabalhos, sendo lida e aprovada a Ata da reunião anterior. Como nada constasse da Hora do Expediente, passou-se à Ordem do Dia onde o Senhor Deputado Aginaldo Pereira Lima apresentou redação final do seguinte processo: — PROJETO DE LEI N. 266-69, de autoria do Deputado Luiz Cruz, que, conforme a Lei n. 5.821 de agosto de 1.968, cria uma Inspeção Regional de Ensino com sede e área jurisdicional no município de Santo Inácio, e dá outras providências. Aprovado. Em seguida, o Deputado Olavo Ferreira, apresentou redação final dos seguintes processos: — PROJETO DE LEI N. 72-69, de autoria do Deputado Alencar Furtado, que autoriza a direção da Rádio Colégio Estadual do Paraná, providenciar, junto aos órgãos do Governo Federal, a alteração de sua denominação para: Rádio Divulgadora do Estado do Paraná, e dá outras providências. — PROJETO DE LEI N. 433-68, de autoria do Deputado Constantino Kotzias, que dá nova redação ao artigo n. 1.º da Lei n. 5.816, de 1.º de agosto de 1968 (modifica denominação da Faculdade Estadual de Filosofia, Ciências e Letras de Paranaguá). Aprovados. Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente encerrou a sessão da qual eu, Antonio Lacerda Braga, para constar, lavrei a presente Ata que, lida e achada conforme, vai por mim e pelo Senhor Presidente assinada para que produza os efeitos de Lei.

aa) SILVIO BARROS

p/Presidente

ANTONIO L. BRAGA NETO  
Secretário

## PROJETO DE LEI No 72/69

## D E C R E T A :

Artigo 1.º — Fica autorizada a direção da Rádio Colégio Estadual do Paraná, a providenciar, junto aos órgãos competentes do Governo Federal, a alteração de sua denominação para Rádio Divulgadora do Estado do Paraná.

Artigo 2.º — Aquela emissora funcionará sob o regime autárquico, sendo seu diretor nomeado pelo Governador do Estado.

Artigo 3.º — A Rádio Divulgadora do Estado do Paraná reservará, gratuitamente, horário nobre de sua programação, para transmitir boletins diários dos atos dos Poderes Executivo, Judiciário e Legislativo.

Parágrafo único — A transmissão dos atos do Poder Legislativo compreende além da divulgação das sessões Plenárias, boletins endereçados aos Municípios, das atividades dos parlamentares representantes dos mesmos e, também dos concernentes às Municipalidades.

Artigo 4.º — Fica autorizada a direção da Rádio Divulgadora do Estado do Paraná a providenciar, junto aos órgãos competentes do Governo Federal, a elevação de sua potência transmissora, assim como a aquisição de um canal de ondas curtas e frequência modulada.

Artigo 5.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em...

aa) SILVIO BARROS

p/Presidente

OLAVO FERREIRA

Relator

## PROJETO DE LEI N.º 266/69

## D E C R E T A :

Art. 1.º — Fica o Poder Executivo autorizado, na conformidade da Lei n. 5.821, de 3 de agosto de 1.968, a criar 3 (três) Inspeções Regionais de Ensino, com sede nas cidades de Santo Inácio, Iporá e Marechal Cândido Rondon.

Art. 2.º — A Inspeção Regional de Ensino de Santo Inácio, terá jurisdição correspondente ao território de seu município.

Art. 3.º — A Inspeção Regional de Ensino de Iporá, terá jurisdição além do município sede, nos municípios de Alto Piquiri e Altônia.

Art. 4.º — A Inspeção Regional de Ensino de Marechal Cândido Rondon, terá jurisdição, além do município sede, nos municípios de Terra Roxa, Palotina e Guaiara.

Art. 5.º — Para atender o disposto no artigo primeiro fica, igualmente o Poder Executivo autorizado a incluir no artigo 6.º, da Lei n. 5.821, de 3 de agosto de 1.968, os seguintes cargos de Provedor em Comissão: no inciso I, 3 (três) de Inspetor Regional de Ensino, símbolo 3-C; no inciso III, 3 (três) de Inspetor Regional de Ensino Médio, símbolo 6-C; no inciso IV, 3 (três) de Inspetor Regional de Ensino Primário, símbolo 14-C.

Art. 6.º — As despesas com a execução da presente Lei, correrão à conta da verba própria consignada no Orçamento Geral do Estado.

Art. 7.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em...

aa) SILVIO BARROS

p/Presidente

OLAVO FERREIRA

Relator

## PROJETO DE LEI N.º 433/68

## D E C R E T A :

Artigo 1.º — O artigo 1.º da Lei n. 5.816, de 1.º de agosto de 1.968, passa a ter a seguinte redação: "A Faculdade Estadual de Filosofia, Ciências e Letras de Paranaguá, passará a denominar-se, Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras "Professor Joaquim Tramujas".

Artigo 2.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

aa) SILVIO BARROS

p/Presidente

OLAVO FERREIRA

Relator

## COMISSÃO DE OBRAS PÚBLICAS, TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES

## 6a. LEGISLATURA — 4a. SESSÃO LEGISLATIVA

## ATA DA 1a. SESSÃO ORDINÁRIA

Aos dezenove dias do mês de maio de mil novecentos e setenta, na sala de reuniões das Comissões Técnicas, reuniu-se a Comissão de Obras Públicas, Transportes e Comunicações, sob a Presidência do Senhor Deputado Aginaldo Pereira Lima, presentes os Senhores Deputados Fabiano Braga Côrtes, Ivo Tomazoni e Eurico Batista Rosas. Havendo número legal, o Senhor Presidente declarou abertos os trabalhos; lida a Ata da sessão anterior pelo Senhor Secretário, foi a mesma aprovada sem restrições, passando de imediato à Ordem do Dia: — PROJETO DE LEI N. 153-69, de autoria do Senhor Deputado Leopoldo Jacomel, que autoriza o Poder Executivo transferir ao Departamento de Estradas de Rodagem, para efeito de retificação e pavimentação, o trecho de estrada que liga Pirapora à estrada Curitiba-Paranaguá (BR-277). Relator Deputado Ivo Tomazoni. Parecer Favorável — Aprovado. PROJETO DE LEI N. 197-69, de autoria do Deputado Roberto Wypych, que autoriza o P.E. a firmar convênio, através do D.E.R., com as Prefeituras que especifica. Relator Deputado Ivo Tomazoni. Parecer Favorável — Aprovado. PROJETO DE LEI N. 213-69, de autoria do Deputado Luiz Renato Malucelli, que transfere ao D.E.R., para efeito de conservação e melhoria, as estradas que servem à "Colônia Witmarsum", ligando a BR-277 à Rodovia do Café. Relator Deputado Ivo Tomazoni. Parecer Favorável — Aprovado. Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente encerrou os trabalhos dos quais, para constar, lavrei a presente Ata que após lida e aprovada será por mim assinada, bem como pelo Senhor Presidente.

aa) AGNALDO PEREIRA LIMA

Presidente

ROBERTO DINIZ SATYRO

Secretário